

A REGIÃO DE PETROLINA – PE E JUAZEIRO – BA: NOTAS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES LOCAIS, OS SUJEITOS DO CAMPO E A MIGRAÇÃO

Mariana de Albuquerque Vilarim¹

Resumo: As transformações estatais advindas com o projeto de integração nacional, contribuíram para que a região de Petrolina – PE e Juazeiro – BA tivessem sua dinâmica econômica associada à produção de fruticultura pelas mãos do capital privado. Ao mesmo tempo em que o modelo de produção alienou os agricultores locais, atraio migrantes de outras partes do país, interessados em se inserir no mercado de trabalho. Agricultores e muitos dos migrantes se mantêm na base da pirâmide social alargando a demanda por emprego.

Palavras-chave: Estado; Irrigação; Migração.

Abstract: State transformations stemming from the national integration project, contributed to the region of Petrolina - PE and Juazeiro - BA had its economic dynamics associated with the production of horticulture by the hands of private capital. While the production model alienated peasants, it attracts migrants from other parts of the country, interested in work. Peasants and many migrants remain at the base of the social pyramid extending the demand for employment.

Key-words: State; Irrigation; Migration.

1 - Introdução

Pretende-se, neste trabalho, abordar as transformações ocorridas na região de Petrolina – PE e Juazeiro – BA, sob uma leitura histórica recente. Para tal, optou-se por analisar a ação estatal e do capital privado, agentes de poderes verticais, e como essas ações reverberam no setor agrícola local acentuando problemas agrários, criando uma nova divisão social do trabalho e atraindo migrantes.

As duas cidades por estarem próximas física e culturalmente e por terem processos históricos intimamente ligados, são vistas, muitas vezes, como um *continuum*. Tais fatos ficam mais visíveis quando observa-se que as mudanças ocorridas na dinâmica econômica local se deram de forma semelhante em

¹ Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: vilarim.mariana@gmail.com.

ambas. Assim, entendemos ser possível assentar nossas discussões sob região.

A região enquanto categoria de análise apresenta uma complexidade bastante significativa, pois ora deve-se pensá-la sob aspectos de singularidade quando comparada a outras regiões, ora sob aspectos que a condensam e conferem caráter de fluidez nas trocas econômicas e intercâmbio cultural constante com regiões vizinhas, por exemplo. A complexidade aparece também quando analisada a partir das escalas, ao optar-se pela análise regional, opta-se por uma escala média que a comporte. Ademais, o conceito provoca a percepção do geógrafo para além do recorte territorial, pois ao mesmo tempo em que as diferenciações intra-regionais não se encerram, se busca compreender as determinações em perspectiva do todo regional.

A região do semi-árido, onde encontram-se as cidades, sempre foi vista como problemática pelo Estado, pois a escassez de chuvas era associada com a pobreza de seus habitantes. Esta categorização, enquanto região, era dada por fatores físicos e climáticos. A partir do plano de integração nacional, o semi-árido foi subdividido e órgãos federais, estaduais e municipais criados para mitigar os problemas sociais desenvolvendo a economia, como aconteceu com a região do São Francisco, com a criação da CVSF, Comissão do Vale do São Francisco, onde Petrolina e Juazeiro encontram-se, mais especificamente.

Observa-se que, neste desenho territorial, a região é intrinsecamente política. Gonçalves constata que no interior da institucionalização “(...) ele [o Estado] corta, subdivide, delimita, quadricula, encerra o mapa (o gabinete) e não o território (a realidade).” (Gonçalves, 2008, p 253)

Portanto, a ideia de regionalização tem caráter dicotômico: fragmenta e integra. A fragmentação se dá na simples diferenciação, na delimitação do recorte territorial; a integração aponta que tal recorte pertence a um todo, é parte de uma totalidade. A fragmentação cria uma divisão entre aquilo que me pertence e aquilo que lhe pertence, cria também a determinação desse limite. O sujeito passa a ser nordestino ou sueste, por exemplo, diferenciando um do outro e ligando a um pacote de reconhecimento regional, ou seja, ao sotaque,

ao tipo de alimentação, a vestimenta. Por sua vez, a integração o unifica, chamando-o de brasileiro e o insere no contexto da nação.

Salienta-se, porém, que a região precede a sua institucionalização em macroescala de cunho estatal, podendo, no estudo geográfico abarcar um recorte territorial diferenciado, sendo “(...) um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológica-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos.” (Haesbaert apud Haesbaert, 1999).

2 - O Projeto de Integração Nacional e a integração do semi-árido

Em um País de dimensões generosas e processos históricos próprios, o Brasil virou nação assentado num território diferenciado. Conviviam áreas de dinamismo econômico específicos, como as plantações de cana-de-açúcar, de café, com outras onde atividades de comércio e de serviços eram mais fortes e, ainda, locais considerados vazios demográficos, especialmente nas áreas da Região Norte, Centro-Oeste e algumas interioranas do Nordeste.

Araújo observa as transformações ocorridas entre os séculos XIX e XX, como a abolição da escravatura, a intensa urbanização e o desenvolvimento industrial que metamorfosearam o Brasil: “De um país rural, escravocrata e primário-exportador emerge o Brasil urbano-industrial e de relações de trabalho predominantemente capitalistas no século XX.” (ARAÚJO, 1995, p. 1070) Porém, até metade do século XX, o aspecto urbano-industrial se desenvolveu de forma concentrada na Região Sudeste. Lá, encontrava-se a base da indústria nacional, especialmente em São Paulo².

Com o intuito de integrar as demais regiões do país e difundir o crescimento econômico nacional, o Estado, nas décadas de 1940 e 1950, expande a fronteira agrícola e pecuária sentido Sul e, posteriormente, Centro-

² Araújo (1995) aponta que, apesar de responder por apenas 11% do território nacional, a Região concentrava 81% da atividade industrial do País; São Paulo, por sua vez, respondia por 58% do total desta concentração.

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA
AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

Oeste (Araujo, 1995). Na década de 1970, a indústria também aumenta sua territorialização, alocando-se em outras regiões, na maioria das vezes, em áreas metropolitanas (Araujo, 1995).

No entanto, em períodos anteriores, o Estado já atuava visando o desenvolvimento de outras localidades do país, como é o caso dos esforços empreendidos na Região do semi-árido próxima ao Rio São Francisco.

Os projetos e os órgãos pensados para os municípios ribeirinhos objetivaram resolver os transtornos causados pelos sucessivos períodos de estiagem, minimizar o flagelo da população, diminuir as ondas migratórias para o Sudeste e para o litoral nordestino, assim como desenvolver uma atividade econômica que viesse dinamizar a região.

Nesse contexto, no começo do século XX, o governo cria a IOCS, Inspetoria de Obras Contra as Secas, o primeiro órgão federal que visava minimizar os efeitos das secas, desde 1945, chamada de DNOCS³, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Na década de 1940 se torna mais sensível o interesse do Estado pela região do São Francisco com a criação da CVSF, já referenciada, que começa a operar em 1948, cujo intuito era estimular o crescimento local a partir de projetos de irrigação, mas, também, responsabilizava-se por uma série de atribuições sociais que pretendiam diminuir os casos de malária, abrir hospitais, escolas etc. Neste mesmo ano é criada a Chesf, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que deveria gerar energia possibilitando a dinamização e desenvolvimento local.

O objetivo do Estado no Vale do São Francisco era consonante com o projeto de crescimento da Região Nordeste, que deveria ser assistida através da criação, em 1952, do BNB, Banco do Nordeste do Brasil, e, em 1959, da Sudene, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. O BNB deveria ceder créditos a empresários que investissem no Nordeste e a Sudene tendia a atrelar desenvolvimento à economia, tinha como função fomentar a industrialização nordestina e gerenciar as ações dos órgãos federais na região.

³ Antes da IOCS transformar-se em DNOCS, virou IFOCS, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, em 1919.

Então, observa-se que é na década de 1940 e 1950 que se formam as bases da atuação do Estado pleiteando o crescimento econômico e seu desenvolvimento, dando alicerces para a integração econômica, atraindo capital inter-regional e estrangeiro. No Vale do São Francisco, a forma encontrada para o “desenvolvimento” local foi a partir de perímetros irrigados que consistiam na delimitação de áreas que seriam desapropriadas e divididas em lotes doados a colonos e a empresas que lá deveriam produzir objetivando o mercado.

Como já apontamos, daremos ênfase aos municípios de Juazeiro – BA e Petrolina – PE, apenas, pois ambos, desde suas formações históricas, interagem de forma particular. Essas cidades adaptaram-se as transformações estatais e receberam importantes investimentos do capital privado. Além dos fatores econômicos, há também uma identidade cultural vinculada ao sertão, e, também, ao rio São Francisco. Sendo, hoje, consideradas oásis sertanejo para o agro-hidronegócio e, portanto, celeiro de trabalho para muitos migrantes que se dirigem a região.

3 - Metodologia

Neste trabalho optou-se por incorporar a discussão do migrante algumas variáveis do Censo Demográfico de 2010, de responsabilidade da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FIBGE. Acredita-se que elas permitem compreender um pouco mais os fluxos, pois possibilitam observar os deslocamentos em termos quantitativos. Assim, optou-se pelas variáveis “Nasceu neste município?”, de número V618 e “Código da Atividade”, V6471, que foi reagrupada em uma nova variável, propondo vinte e uma categorias. Para trabalhar com elas, foram feitos cruzamentos dos dados utilizando a ferramenta SPSS, *Statistical Package for the Social Sciences*. Além disso, foram usados dados disponibilizados no sítio da Codevasf a respeito dos tamanhos dos perímetros existentes na região.

Acredita-se que o método de análise deve estar embutido de leitura dialética, em um exercício constante entre o passado e o presente, abarcado as diversas escalas, para maior compreensão das transformações locais.

4 - A região de Petrolina e Juazeiro

Os primeiros perímetros implantados foram o Bebedouro em Petrolina, que começou a operar em 1968, e o Mandacaru em Juazeiro, que inicia suas atividades em 1971, sob a supervisão da Sudene. Um ano antes do projeto Bebedouro, a CVSF foi transformada em Suvale, Superintendência do Vale do São Francisco, com o intuito de reascender a credibilidade do órgão que estava associada a prestação de serviços aos grandes fazendeiros e repleto de cargos ocupados por favores políticos (Lopes, 1997).

A atuação das agências governamentais na região do Submédio do São Francisco, a partir de 1960, provocou uma profunda alteração nos quadros de vida regional sob muitos pontos de vista. Se a região já vinha sofrendo alterações pelas ações anteriormente desenvolvidas pela CVSF, desse período em diante essas alterações tomam ritmo acelerado e causam choque com modo de vida fundado na tradição, quebrando o equilíbrio das relações sociais até então vigente. (Lopes, 1997, s/p.)

Na década de 1970, especificamente em 1974, a Suvale dá lugar a Codevasf, Companhia dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, que, segundo Andrade (apud Sousa, 2011), foi organizada com objetivo de obter lucro, favorecendo em seus projetos os grupos empresariais, em detrimento aos camponeses.

Em 1970 e 1980 foram implantados os perímetros de Mandacaru, como supracitado, de Tourão, Maniçoba, Curaçá e Senador Nilo Coelho, como explicitado na Tabela 01 abaixo.

Tabela 01. Perímetros implantados em Petrolina e Juazeiro.

Nome do Perímetro	Cidade	Ano de funcionamento	Área total	Área familiar	Área empresarial
Bebedouro	Petrolina	1968	1.892 ⁴	1.034	858
Mandacaru	Juazeiro	1971	450	399	51
Tourão	Juazeiro	1979	14.237	189	14.048
Maniçoba	Juazeiro	1980	4.160	1.781	2.379
Curaçá	Juazeiro	1980	4.204	1.818	2.386
Senador Nilo Coelho	Petrolina/ Casa Nova – BA	1989	18.563	12.520	6.043

Tabulação própria. Dados da Codevasf.

Os perímetros somam um total de 43.506 ha. Sendo 17.741 ha voltados a produção familiar, aproximadamente 40,7%, e 25.765 ha destinados à produção empresarial. Tais números mostram que houve uma predileção pelas empresas frente ao colonato, no cenário geral. Sendo mais evidente no perímetro de Tourão, enquanto no Senador Nilo Coelho, a maior parcela de terras ficou reservada para projetos familiares.

Deve-se salientar, porém, que a seleção do colonato não privilegiou agricultores, pois um dos requisitos à doação de terras era a possibilidade de se investir capital e não apenas trabalho. Sendo assim, muitos profissionais liberais e comerciantes foram beneficiados. Os camponeses que foram expropriados para a criação dos perímetros ficaram a regalia, também, por não possuírem documentação que comprovasse a posse, recebendo indenização apenas pelas benfeitorias (a casa simples, a cacimba, o cercado para palma, o pequeno roçado etc), de acordo com Lopes (1997). Busztyn (1985) chama atenção para o intuito do Estado, afirmando que visava transformar o colono em produtor capitalista e agir como patrocinador do grande capital nos locais de perímetros.

⁴ A área total irrigável no Bebedouro é de 2.418 ha, porém só estão sendo usadas para irrigação 1.892 ha.

Constata-se que a chegada das grandes empresas gerou uma modificação no mundo do trabalho importante, pois surgiu demanda de mão-de-obra fixa e volúvel, mais associada aos períodos de safra, além de demanda voltada a cargos com graus de especialização. Porém, as transformações no mundo rural atingiram também o meio urbano. O comércio e o setor de serviços expandiram-se para responder a entrada de capital na região, tanto associado de forma direta aos perímetros, com abertura de lojas voltadas a venda de insumos agrícolas e maquinário, quanto de forma indireta, com a cadeia hoteleira que se formou para receber técnicos e investidores.

A possibilidade econômica através dos perímetros irrigados se firmou pela plantação de frutas exógenas à região, como a uva, o melão e a manga. Tal fato, associado à concentração de terras, alienou o agricultor local que, além de não conhecer o manejo para tais produtos, perdeu de maneira parcial ou total suas terras, tendo que, muitas vezes, inserir-se no mercado de trabalho.

Mesmo apoiando-se em baixas remunerações pagas aos trabalhadores rurais, a região passou a atrair migrantes de todas as partes do país, mas, especialmente, da região Nordeste, que buscavam emprego.

Assim, essas cidades receberam montantes altíssimos de migrantes que, hoje, representam cerca de 47% e 35,4% dos residentes de Petrolina e Juazeiro, sucessivamente, como observado na Tabela 2.

Tabela 2. Relação de habitantes de Petrolina e Juazeiro, segundo município de origem

	Petrolina	Juazeiro
Naturais do município	147.118 (50,1%)	119.950 (60,6%)
Migrantes de retorno	8.544 (2,9%)	7.941 (4,0%)
Migrantes	138.300 (47,0)	70.074 (35,4%)
Total	293.962	197.965

Tabulação própria. Dados do Censo Demográfico, 2010.

A partir dos dados expostos na Tabela 2, observa-se que as cidades também atraíram migrantes retornados, ou seja, aqueles que saíram dos

municípios de origem, residiram por algum tempo em outro, e, posteriormente, voltaram as cidades natal.

Para abordar fatores laborias, usando a condição de natural do município, migrante de retorno e demais migrantes, faz-se necessário a elaboração de uma terceira tabela.

Tabela 3. Atividades laborais exercidas por naturais do município e migrantes residentes da cidade de Petrolina – PE, em números reais e porcentagem.

	Naturais dos municípios	Retornados aos municípios de origem	Migrantes	Valor total referente ao todo regional
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura	21.511 (24,9%)	1.663 (19%)	26.848 (24,7%)	50.022 (24,5%)
Indústrias extrativistas	73 (0,1)	33 (0,4)	168 (0,2)	274 (0,1%)
Indústrias de transformação	4.406 (5,1%)	419 (4,8)	5.650 (5,2%)	10.475 (5,1%)
Eletricidade e gás	187 (0,2)	9 (0,1)	258 (0,2%)	454 (0,2%)
Água, esgoto e atividades de gestão de resíduos de contaminação	792 (0,9)	25 (0,3%)	821 (0,8%)	1.638 (0,8%)
Construção	6.123 (7,1%)	668 (7,6%)	8.666 (8%)	15.457 (7,6%)
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	17.896 (20,7%)	1.856 (21,2%)	22.941 (21,1%)	42.693 (20,9%)
Transporte, armazenagem e correio	3.376 (3,9)	253 (2,9%)	3.911 (3,6%)	7.540 (3,7%)
Alojamento e alimentação	2.705 (3,1%)	332 (3,8%)	4.686 (4,3%)	7.723 (3,8%)
Informação e comunicação	632 (0,7)	95 (1,1%)	568 (0,5%)	1.295 (0,6%)
Atividades financeiras, seguro e serviços	674 (0,8)	92 (1,1%)	1.088 (1%)	1.854 (0,9%)
Atividades imobiliárias	154 (0,2)	14 (0,2%)	230 (0,2%)	398 (0,2%)
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.405 (1,7%)	226 (2,6%)	1.828 (1,7%)	3.504 (1,7%)
Atividades administrativas e serviços	2.048 (2,4%)	193 (2,2%)	2.385 (2,2)	4.626 (2,3%)

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA
AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

complementares				
Administração pública, defesa e seguridade social	4.832 (5,6%)	750 (8,6%)	5.375 (4,9%)	10.957 (5,4%)
Educação	5.519 (6,4%)	535 (6,1%)	6.019 (5,5%)	12.073 (5,9%)
Saúde humana e serviços sociais	2.255 (2,6%)	317 (3,6%)	2.733 (2,5%)	5.305 (2,6%)
Arte, cultura, esporte e recreação	633 (0,7%)	34 (0,4%)	761 (0,7%)	1.428 (0,7%)
Outras atividades de serviços	1.791 (2,1%)	184 (2,1)	2.946 (2,7%)	4.921 (2,4%)
Serviços domésticos	4.786 (5,5%)	480 (5,5%)	5.978 (5,5%)	11.244 (5,5%)
Atividades maldefinidas	4.492 (5,2%)	559 (6,4%)	4.938 (4,5%)	9.989 (4,9%)
Total	86.335 (100%)	8.737 (100%)	108.798 (100%)	203.870 (100%)

Tabulação própria. Dados do Censo Demográfico 2010.

A partir dos dados expostos, constata-se que 41,4% da população, ou seja, 203.870 pessoas, exerce atividade laboral na região. Sendo que para o grupo de naturais do município e de migrantes, excluindo os de retorno, a principal atividade desenvolvida é referente a práticas agrícolas. Em segundo lugar (primeiro entre os migrantes retornados) estão atividades desenvolvidas na categoria “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”. Ambas, somadas, correspondem a 45,6% dos naturais, 40,2% dos retornados e 45,8% dos demais migrantes, indicando serem as atividades mais importantes em termos de empregabilidade.

Ao comparar os dados das Tabelas 2 e 3, verifica-se que 52,2% dos migrantes intermunicipais estão trabalhando, o que indica que a maior parte do fluxo é condicionada pelo mercado de trabalho local, pois deve-se considerar, também, que a pesquisa não oferece parâmetros para saber quantas pessoas se dirigiram para a região a procura de emprego e ainda não foram contratadas ou quantas pessoas estavam trabalhando e foram demitidas antes da aplicação do questionário.

Assim, faz-se necessário para melhor entender os processos diferenciados que passaram a existir, um estudo mais amplo que contemple outras variáveis, pois os fenômenos abordados são bastante complexos.

5 - Notas de conclusão

As ações estatais de atração do capital privado para a região gerou novos contornos locais. As cidades, que viviam sob o estigma do atraso, modernizaram sua produção primária a partir da adoção de frutas estranhas ao semi-árido. Ao mesmo tempo, a região se expandiu, expandindo também os demais setores da economia.

O projeto de integração nacional estrategicamente desenvolvido transformou as cidades em um local de atração migratória para muitas pessoas que buscavam emprego, fincando no imaginário popular a ideia de oásis do sertão. Porém, no cenário das modernas Petrolina e Juazeiro, os sujeitos locais que assumiram um papel secundário, sendo alienados do processo de construção de novas bases econômicas e de possíveis frutos que surgissem com elas, e muitos migrantes passam a funcionar apenas como mão-de-obra barata, se mantendo sob condições sociais desiguais. Assim, restou viver as vicissitudes da concentração de terras e da nova divisão social do trabalho.

6 - Referências

ARAUJO, T. B. Dinâmica regional brasileira: rumo à desintegração competitiva? In: do **Encontro Nacional da Anpur**, 6., 1995, Brasília. Anais... Recife: Anpur, 1995.

CODEVASF, Companhia dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Elenco de projetos**. <http://www.codevasf.gov.br/principal/perimetros-irrigados/elenco-de-projetos>, acesso em 10 de junho de 2015.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização; **GEOgraphia** (Niterói) v. 1, n. 1, p 15-39, 1999.

GONÇALVES, C. U. Geografia política e poder na gestão do território. **Fragments de Cultura** (Goiânia) v. 18, n 3/4, p 251-263, 2008.

LOPES, E. G. OPARA – Formação histórica e social do Submédio São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997.

SOUZA, Raimunda Áurea. Trabalho e trabalhadores no campo: desvendando a realidade no Vale do São Francisco. In: Conceição, Alexandrina Luz. (org)

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA
AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

Trabalho e trabalhadores: As novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural. !ª Edição. São Cristóvão: Editora UFS, 2011, p 163-197.